



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**IGOR WESLEY MESQUITA DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA? DESAFIOS A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE UM  
ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS**

**FORTALEZA**

**2024**

IGOR WESLEY MESQUITA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA? DESAFIOS A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE UM  
ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS

Memorial apresentado ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. José Lenho Silva Diógenes.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S235e Santos, Igor Wesley Mesquita dos.  
Educação inclusiva? Desafios a partir da trajetória de um estudante com deficiências múltiplas / Igor Wesley Mesquita dos Santos. – 2024.  
28 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. José Lenho Silva Diógenes.

1. Inclusão na educação. 2. Barreiras. 3. Acessibilidade. 4. Políticas públicas. I. Título.

CDD 320.6

---

IGOR WESLEY MESQUITA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA? DESAFIOS A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE UM  
ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS

Memorial apresentado ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Aprovada em: 29/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Lenho Silva Diógenes (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Antônia Emanuela Oliveira de Lima  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Helena Stela Sampaio  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Dedico este trabalho a todas as pessoas que me ajudaram, a Deus e aos meus guias espirituais, por terem me ajudado a chegar até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em nome de toda esta luta, às seguintes pessoas que simbolizam todas aquelas que me ajudaram nessa trajetória de vida, da minha trajetória estudantil, dentro da UFC e do movimento da pessoa com deficiência.

Agradeço primeiro à minha mãe que foi a pessoa que me ajudou a chegar até aqui. A ela, eu agradeço de coração, pois sem ela eu não estaria aqui.

Agradeço ao meu companheiro de turma Arthur, que foi meu anjo da guarda, que me conduziu na UFC, que segurou na minha mão no momento mais difícil da minha trajetória na Universidade e não me deixou desistir.

À professora Gabriela, que não está mais na UFC, mas que foi fundamental para minha adaptação ao curso no primeiro semestre, porque sem ela talvez eu não chegaria a este resultado.

Agradeço, em nome do corpo gestor desse curso, meu querido Samuel, secretário do Curso de Gestão de Políticas Públicas, que brilhantemente segurou minhas pontas e me ajudou durante todo o percurso.

Agradeço ao meu querido professor Lenho, a quem eu faço um adendo especial para dizer a ele que eu nunca tive dúvidas na escolha dele como orientador do meu TCC e queria deixar dito que eu vou voltar para o mestrado sob a batuta dele, porque ele nunca desconfiou do meu potencial, apesar da gente discutir muito sobre o que era melhor e hoje fomos coroados com esse TCC.

E às pedagogas da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), Dra. Maria Socorro Silva e Ms. Edilene Araújo, à assistente social Rafaela Silveira, da Secretaria de Acessibilidade, e à bolsista da Secretaria de Acessibilidade, Emilly Costa Barros, do curso de Biblioteconomia, que ofereceram o apoio essencial para a realização deste trabalho.

## RESUMO

O presente memorial acadêmico tem como objetivo relatar a trajetória acadêmica do estudante Igor Wesley Mesquita dos Santos, até a conclusão do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. O trabalho descreve os desafios e superações enfrentados desde a infância, abordando barreiras físicas, emocionais e sociais, até a experiência no ensino superior, com uma análise crítica das políticas de inclusão e acessibilidade. Reflete-se sobre os obstáculos impostos pelo capacitismo, o impacto das políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência e a importância da luta por uma sociedade mais inclusiva. O memorial destaca a resiliência e o compromisso do autor em buscar melhorias no cenário da educação inclusiva e no desenvolvimento de políticas que garantam a dignidade e os direitos das pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Inclusão na Educação. Barreiras. Acessibilidade. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This academic memorial aims to recount Igor Wesley Mesquita dos Santos's academic journey up to the completion of the Undergraduate Course in Public Policy Management at the Federal University of Ceará. The work describes the challenges and triumphs faced since childhood, addressing physical, emotional, and social barriers, up to his experience in higher education, with a critical analysis of inclusion and accessibility policies. It reflects on the obstacles imposed by ableism, the impact of public policies aimed at people with disabilities, and the importance of the struggle for a more inclusive society. The memorial highlights the author's resilience and commitment to seeking improvements in the landscape of inclusive education and the development of policies that ensure the dignity and rights of people with disabilities.

**Keywords:** Educational Inclusion. Barriers. Accessibility. Public Policies.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CAPLAM Centro Acadêmico Professor Luiz Antônio Maciel

CAPS Centro de Atenção Psicossocial

DEINTER Departamento de Estudos Interdisciplinares

ELA Esclerose Lateral Amiotrófica

ONU Organização das Nações Unidas

SEDUC Secretaria de Educação

## **SUMÁRIO**

1	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	10
2	<b>CONTEXTO FAMILIAR E PRIMEIROS ANOS DE VIDA.....</b>	13
3	<b>DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	14
4	<b>TRANSIÇÃO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.....</b> .....	16
5	<b>SUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO NO ENSINO MÉDIO.....</b>	20
6	<b>INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR E REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO.....</b>	22
7	<b>CONCLUSÃO.....</b>	26
	<b>REFERÊNCIA.....</b>	28

## **1 INTRODUÇÃO**

Meu nome é Igor Wesley Mesquita dos Santos, nasci em 1996 e tenho, atualmente, 28 anos. Tenho dois irmãos e sou uma pessoa com múltiplas deficiências. Minha mãe, com apenas

17 anos à época do meu nascimento, enfrentou dificuldades devido à sua pouca idade e à tecnologia limitada disponível no hospital. Devido à ausência de uma cesariana no momento correto, passei um minuto além do tempo ideal de nascimento, o que resultou em uma lesão cerebral. Essa lesão comprometeu minha coordenação motora e visão, levando-me a utilizar uma cadeira de rodas desde a infância.

Além disso, desenvolvi a Síndrome de Irlen<sup>1</sup>, uma condição que dificulta a leitura de textos impressos. Embora no meio escolar já houvesse suspeitas de que eu tinha dificuldades para ler, o diagnóstico só foi confirmado quando ingressei na Universidade Federal do Ceará. Essas condições moldaram minha jornada de superação e resistência em um mundo ainda pouco preparado para acolher as pessoas com deficiência.

Este trabalho é um relato pessoal, que resgata as memórias e as experiências de minha trajetória acadêmica, destacando os desafios e as conquistas ao longo do caminho. Meu objetivo é conscientizar sobre a importância de se tratar a acessibilidade com a profundidade que ela merece, refletindo sobre até onde a comunidade de pessoas com deficiência no Brasil conseguiu avançar e quais são os caminhos que ainda precisam ser percorridos.

A narrativa aborda os desafios enfrentados em uma sociedade que, apesar de avanços, continua desigual e, muitas vezes, marcada pelo preconceito e pela falta de acessibilidade. Desde a infância, percebi como a desconfiança e a exclusão afetavam minha autoestima e o modo como me via no mundo. Este memorial é um alerta e uma inspiração para que outros estudantes com deficiência não se sintam sozinhos, para que possam lutar e ocupar espaços que historicamente lhes foram negados.

O texto centra-se no conceito de inclusão, que, conforme diversos documentos internacionais de direitos humanos e a legislação brasileira — em especial o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, vai além do simples acesso a serviços e espaços. Trata-se de eliminar barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais e tecnológicas, garantindo a participação plena e inclusivas das pessoas com deficiência em todas as dimensões da vida social.

A inclusão, para mim, não é apenas um direito individual, mas um dever coletivo, que requer o envolvimento da sociedade e do poder público na construção de um ambiente acessível e acolhedor para todos e todas. Essa visão amplia o entendimento de acessibilidade, mostrando

---

<sup>1</sup> A Síndrome de Irlen é uma condição neurológica que afeta a percepção visual, causando dificuldades na leitura e desconforto visual. Indivíduos com essa síndrome podem apresentar sintomas como sensibilidade à luz, distorções na visão de textos e fadiga ocular (Sacoman, 2019).

que ela não se limita a estruturas físicas, mas envolve o respeito à dignidade e ao potencial humano.

Este relato é uma tentativa de provocar uma reflexão coletiva sobre a necessidade de colaboração mútua para superar as barreiras sociais e institucionais, e de lembrar que, antes de tudo, pessoas com deficiência são seres humanos que têm sonhos, potencial e o direito de viver plenamente.

O objetivo deste memorial é mostrar, de forma honesta e reflexiva, os desafios enfrentados por uma pessoa com múltiplas deficiências ao longo de sua trajetória educacional, desde a infância até o ensino superior. O relato pretende evidenciar a luta contínua pela inclusão, abordando como as barreiras físicas, sociais e institucionais impactaram minha jornada e como superei os obstáculos.

Procurou destacar a relevância da inclusão como um processo que vai além da presença física em espaços de ensino e abrange um sentimento real de pertencimento e respeito à dignidade da pessoa com deficiência. Pretendo sensibilizar a sociedade sobre a importância de enxergar as pessoas com deficiência como sujeitos capazes de sonhar, lutar e conquistar, reforçando que a inclusão é um dever coletivo e que políticas públicas eficazes são fundamentais para garantir essa inclusão plena.

Este memorial é fruto de um trabalho coletivo e colaborativo que se desenvolveu ao longo de meses. Durante esse período, relatei minhas memórias e reflexões para o Francisco Arthur Melo da Silva, seguindo as orientações do meu orientador. Na reta final, a Secretaria de Acessibilidade da UFC foi acionada para reforçar o processo, proporcionando o apoio da bolsista Emylle, que deu continuidade ao trabalho iniciado pelo Artur. Sob a supervisão das pedagogas Socorro e Edilene, Emylle ouviu atentamente meus relatos e os transformou em texto, sempre buscando respeitar minha voz e minha perspectiva.

Após a conclusão da narrativa, o texto foi submetido ao meu orientador, que realizou uma revisão textual. Depois disso, a Emylle leu a versão revisada para mim, garantindo que o sentido do que repassei permanecesse íntegro. Com a conferência final concluída, este trabalho foi submetido à banca avaliadora, representando o esforço conjunto de muitas mãos para dar vida a ele.

Assim, este memorial foi estruturado para evidenciar minha trajetória de forma progressiva. Após esta Introdução, em que situo a importância do tema e o objetivo do trabalho, o Capítulo 2 destaca o contexto familiar e os primeiros anos de minha vida, fundamentais para

compreender o meu desenvolvimento inicial. No Capítulo 3, descrevo os desafios enfrentados na Educação Infantil. Em seguida, o Capítulo 4 aborda a transição para o Ensino Fundamental, período marcado por descobertas e desafios. O Capítulo 5 narra minha experiência no Ensino Médio, onde aprofundo reflexões sobre inclusão e engajamento social. E, por fim, o Capítulo 6 aborda minha chegada ao Ensino Superior, trazendo reflexões sobre políticas públicas de acessibilidade e o enfrentamento do capacitismo. Na Conclusão, busquei reunir as principais lições aprendidas ao longo dessa trajetória, reforçando a necessidade de avançarmos em políticas de inclusão efetivas e humanizadas para todas as pessoas com deficiência. Desse modo, cada parte do texto contribui para evidenciar não apenas as barreiras superadas, mas também as possibilidades que surgem quando a sociedade se compromete com a igualdade de oportunidades.

## **2 CONTEXTO FAMILIAR E PRIMEIROS ANOS DE VIDA**

Desde a infância, minha família desempenhou um papel fundamental na minha formação e no enfrentamento das barreiras impostas pela sociedade. Cresci no bairro Henrique

Jorge, próximo ao Genibaú, e mesmo em meio às dificuldades, meus pais sempre me apoiaram, proporcionando um ambiente de amor e incentivo. Sempre tive apoio familiar, porque na minha família eu nunca fui visto por meus pais e por outros familiares como uma pessoa com deficiência, e sim como os outros, uma pessoa que errava, acertava, que caía e levantava. Eles não me viam como uma pessoa estranha.

Esse apoio foi muito importante para que eu enfrentasse as dificuldades que surgiram ao longo da minha vida, como quando, ainda criança, brincava com meus primos e dizia que, um dia, faria faculdade. Lembro-me das reações incrédulas e dos comentários de que um "aleijado" não poderia alcançar esse objetivo, mas, em vez de sentir raiva, aquilo despertou em mim um espírito de resistência.

Minhas experiências na infância foram marcadas por momentos em que me sentia um estranho, especialmente quando observava meus colegas brincando enquanto eu permanecia à margem, sem poder participar da mesma forma. Essa sensação de isolamento só não teve consequências mais profundas graças ao apoio estruturado da minha família, que sempre esteve ao meu lado, garantindo que eu não perdesse a fé em mim mesmo e que continuasse acreditando nos meus sonhos.

### **3 DESAFIOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Minha trajetória na Educação Infantil começou com muitas dificuldades para encontrar uma escola que me aceitasse. Por causa do desconhecimento, havia uma percepção dos

profissionais da educação de que eu poderia atrasar o desenvolvimento das turmas, pois exigiria um cuidado maior dos profissionais da escola.

Minha mãe enfrentou uma verdadeira batalha para garantir minha matrícula em uma instituição de ensino regular, já que algumas escolas próximas ao nosso bairro se recusavam a me receber devido à minha deficiência e à ausência de políticas públicas para o caso. Passei quase dois anos sem estudar e o processo foi cheio de desafios e preconceito, incluindo comentários de uma diretora que disse que eu deveria frequentar uma escola para “gente especial e aleijada”.

Minha mãe enfrentou uma verdadeira batalha para garantir minha matrícula em uma instituição de ensino regular no bairro onde morávamos, na cidade de Fortaleza, pois algumas escolas locais se recusavam a me receber devido à minha deficiência e à ausência de políticas públicas para a situação. Apesar de já estar na idade adequada para iniciar a alfabetização, passei quase dois anos sem estudar, vivenciando um processo cheio de desafios e preconceitos. Em meio a isso, uma diretora de escola chegou a dizer que eu deveria frequentar uma escola para “gente especial e aleijada”.

A minha primeira escola foi a Aquarela Infantil, no bairro onde morávamos. Quando finalmente consegui uma vaga na escola Aquarela Infantil, um novo capítulo começou. Essa instituição privada, apesar de não ter acessibilidade, me acolheu bem e pude cursar desde o maternal até a alfabetização. Esse foi um período muito importante da minha vida, pois percebi que era uma criança como qualquer outra, apenas com algumas limitações.

Algumas barreiras limitavam minha inclusão em todas as atividades, como a orientação das professoras para que eu não participasse de brincadeiras mais ativas por medo de que eu me machucasse, o que me fazia questionar por que não podia interagir como os demais colegas. Além disso, eu ia para a escola de moto infantil, pois não aceitava a ideia de que eu era cadeirante, o que causava um estranhamento por parte das outras crianças.

Durante o recreio, percebia as brincadeiras e entendia que era diferente dos outros. Em um momento, cheguei a cair da moto durante uma brincadeira e minha mãe tentou me convencer a usar a cadeira de rodas, mas eu resistia, acreditando que isso me tornaria o “aleijado” como os outros diziam.

Ir para a escola foi um esforço pessoal e familiar constante. Havia dias em que, mesmo doente, insistia em ir às aulas, já que perder um dia significava não ter como recuperar o conteúdo, uma vez que minhas provas eram realizadas de forma oral e todo o aprendizado

dependia diretamente dos relatos e explicações dos professores durante as aulas. Isso tornava minha presença indispensável, pois não havia material acessível que me permitisse estudar de forma independente.

Lembro-me de um episódio em que minha mãe, com asma, não pôde me levar devido a uma forte crise, mas, mesmo assim, eu queria estar presente. Cheguei a ir com febre, ciente de que minha ausência poderia prejudicar meu desempenho acadêmico. A falta de recursos, como livros acessíveis ou tecnologia assistiva, naquela época, evidenciava como a estrutura escolar estava longe de ser inclusiva, exigindo ainda mais esforço e resiliência para continuar minha jornada.

Cada ano na Aquarela Infantil tinha novas descobertas e desafios, como encontrar formas alternativas para desenvolver minha escrita. Tentativas com materiais como massinha de modelar e lápis especiais eram comuns. Nessa escola, os profissionais cuidavam carinhosamente de mim, mas também tinham um certo medo de lidar com a situação. Hoje compreendo que eles infelizmente ainda não estavam preparados para lidar com estudantes com deficiência.

#### **4 TRANSIÇÃO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL**

Após concluir a fase infantil na Aquarela, passei para a Escola Alan Kardec, no bairro onde cresci, onde estudei da primeira até a terceira série. Nesse novo ambiente, enfrentei mais

dificuldades e episódios de preconceito por parte de alguns alunos que decidiram me excluir por causa da minha deficiência. No entanto, esses desafios não me desmotivaram; pelo contrário, serviram de impulso para que eu mostrasse a mim mesmo e aos outros que era capaz de estar ali. No final, conquistei alguns amigos e fortaleci minha resiliência.

Sempre fui dedicado e estudioso, mas as dificuldades aumentavam à medida que avançava nas séries, principalmente pela ausência de recursos e equipamentos de apoio que atendessem às minhas necessidades específicas. Lembro-me de quando me foi cedida uma máquina de datilografia para me ajudar nos estudos. Inicialmente, parecia ser uma solução promissora, mas, na prática, era mais um obstáculo: a máquina era dura, a tinta frequentemente estava em más condições, e não havia nenhum tipo de adaptação para minha deficiência motora.

Ao ingressar no Ensino Fundamental I (da 1ª à 3ª séries) na Escola Alan Kardec, comecei a enfrentar desafios que iam além das limitações físicas. Lembro-me de que, enquanto meus amigos jogavam futebol na rua, eu, apaixonado por esse esporte, assistia de longe, pois não podia participar. Para me sentir parte do grupo, pedi à minha mãe que comprasse uma bola para que meus amigos jogassem, e minha diversão era observar a partida. Esse momento simbolizava meu desejo e esperança de que um dia eu pudesse andar, pois os médicos afirmavam que isso seria possível quando eu completasse 12 anos. No entanto, com o passar do tempo e o desenvolvimento do meu corpo, percebi que isso não aconteceria.

Esse processo de aceitação foi difícil, especialmente quando, em meu aniversário de 12 anos, pedi para falar sozinho com o médico e perguntei quais eram minhas reais chances de andar. Ele me disse que eu estava “nas mãos de Deus” e que a medicina não poderia fazer mais nada. A partir desse momento, aceitei minha condição de pessoa com deficiência e, com essa aceitação, veio a decisão de usar a cadeira de rodas, abandonando a moto infantil que antes usava.

Durante meu tempo na Escola Alan Kardec, experimentei a puberdade, o que trouxe desafios intensos e um novo tipo de vulnerabilidade emocional. Foi um período em que comecei a me interessar por meninas e a pensar em relacionamentos, mas logo me deparei com preconceitos profundamente marcantes. Comentários como “você é bonito, mas não sei se ficaria com uma pessoa com deficiência” ou “podemos ser amigos, mas nada além disso” eram frequentes e me faziam questionar meu valor e meu lugar no mundo.

Esses episódios não apenas reforçavam a infantilização que eu já vivia, mas também

atingiam diretamente minha autoestima, contribuindo para momentos de confusão e tristeza. Olhares e frases que pareciam elogios, como “olha como ele é fofo” ou “mesmo com deficiência, ele é inteligente”, acabavam sendo pejorativos e desumanizantes. Esses desafios emocionais me ensinaram a lutar para mostrar minha capacidade e minha humanidade, mesmo diante de um sistema que muitas vezes reduz a pessoa com deficiência a um objeto de compaixão ou admiração superficial.

A convivência no Alan Kardec proporcionou experiências emocionais marcantes. Quando comecei a me interessar por meninas, enfrentei rejeições dolorosas: embora aceitassem minha amizade, muitas deixavam claro que não teriam um relacionamento comigo “por eu ser aleijado”. Esse preconceito me afetou profundamente e, ao longo de cerca de dois anos, mergulhei em uma depressão na qual quase não dormia, comia pouco e me sentia à beira de um colapso.

Um episódio marcante aconteceu na Alan Kardec: em meio a uma crise de choro na sala de aula, minha mãe foi chamada e me levou para casa. Ela saiu para a mercearia enquanto eu, sozinho, olhei para uma faca próxima à cama e cogitei usá-la para acabar com minha própria vida. No entanto, uma experiência espiritual me trouxe de volta à realidade e me deu forças para seguir em frente. Esse momento foi decisivo, pois creio que renasci com um propósito de lutar e resistir, prometendo a mim mesmo que nenhuma depressão voltaria a me dominar.

Durante esse período, procurei apoio profissional e fui atendido por psicólogos em um posto de saúde e no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do meu bairro. No entanto, devido à preocupação de minha mãe com a possibilidade de eu perder conteúdos escolares, o acompanhamento acabou sendo interrompido. Esse contexto tornou evidente a importância de um suporte emocional contínuo e especializado, especialmente para pessoas com deficiência que enfrentam desafios sociais e emocionais intensos. O impacto desse período em minha vida mostrou como a preservação da saúde mental é tão fundamental quanto a acessibilidade física em qualquer política de inclusão.

Após esse período, continuei meus estudos até o segundo ano na Alan Kardec, mas dificuldades financeiras obrigaram minha mãe a me transferir para uma escola pública. Foi assim que ingressei na Escola Municipal Prof. Américo Barreiro, onde tive a sorte de encontrar a diretora Ritinha, que me via como uma pessoa além da cadeira de rodas. Na escola Américo Barreiro, cursei do quinto ano até o oitavo ano, pois a escola não oferecia o nono ano.

Na Américo Barreiro, vivi os melhores anos escolares da minha vida, pois me senti

valorizado e reconhecido como Igor, com direitos e deveres. Participei de atividades que incluíam palestras e oficinas voltadas para pessoas com deficiência. A escola também oferecia diversas atividades em contraturno. Estudava à tarde e, de manhã, participava do "segundo tempo". Foi durante esse período que desenvolvi um interesse pela capoeira após assistir ao filme *Esporte Sangrento*. Decidi então perguntar ao professor de capoeira Rodolfo se poderia treinar capoeira, e ele me incentivou a participar, avisando que os treinos eram às terças e quintas.

Embora tenha começado a treinar, percebi a resistência de alguns colegas em interagir comigo. Na quinta-feira, ao chegar para o treino com minha mãe, ouvi outros alunos dizendo que, se eu continuasse na capoeira, eles sairiam, alegando que eu estava manchando o nome da prática. Esse momento trouxe uma sensação de frustração e uma vontade de sair daquela situação. No entanto, não desisti do meu sonho. Conversei com o professor e com os colegas, deixando claro que minha intenção era apenas treinar capoeira, e não deixar minha deficiência me limitar. Eles entenderam, pediram desculpas, e continuei a treinar por 10 anos.

Como a instituição Américo Barreiro não tinha o nono ano, para continuar meus estudos, fui transferido para a Escola José Arimatéia, uma escola pública estadual, mas lá enfrentei mais um episódio marcante de preconceito. A direção da escola me expôs publicamente devido à Síndrome de Irlen, que me impede de ler em papel e faz com que eu veja as letras como pequenas ondas e “formiguinhas”. A diretora, sem compreender a natureza da minha condição, sugeriu que eu voltasse para a alfabetização e questionou como um “burro” como eu havia chegado até o nono ano. Quando tentei explicar minha situação, ela riu e disse que seria impossível eu me formar na universidade.

Esse episódio me levou a pedir aos meus pais para me tirar daquela escola. Minha mãe, determinada, buscou apoio na minha antiga escola e, com a ajuda da direção e da comunidade, conseguimos reunir três mil assinaturas em um abaixo-assinado. Isso garantiu a abertura de uma turma de nono ano na Américo Barreiro, onde concluí essa etapa com um desejo ainda maior de transformar minha vida e a de outras pessoas com deficiência.

Essa experiência me ensinou a importância do suporte educacional e social, que vai além do ensino acadêmico e envolve empatia e compreensão das dificuldades dos outros. Além disso, conscientizou-me da importância do engajamento político da comunidade para o enfrentamento dos problemas sociais.

Esses desafios ajudaram a moldar meu caráter e reforçaram minha vontade de lutar não

apenas por mim, mas por todos aqueles que, como eu, enfrentam preconceitos e barreiras em um sistema que ainda tem muito a avançar.

## **5 SUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO NO ENSINO MÉDIO**

Concluir o ensino fundamental foi apenas o começo de uma nova etapa cheia de

desafios. Iniciei o ensino médio na Escola José Maria Campos de Oliveira, onde fui bem acolhido pela maioria dos professores e colegas, exceto por um diretor, que não acreditava em minha capacidade de seguir com os estudos. No entanto, tive a sorte de conhecer Liedson, um colega de turma, a quem chamei de “anjo da guarda”, pois me ajudava em diversas atividades, como ir ao banheiro e participar das aulas.

Foi nessa escola que despertei para a política e para o engajamento social. Junto com outros alunos, fundamos o grêmio estudantil, onde pude colaborar para trazer arte, capoeira e melhorar a relação entre alunos e direção. Percebi, então, que a força coletiva tinha um poder transformador. Essa experiência não apenas desenvolveu meu senso de pertencimento, mas também me fez perceber que minhas deficiências não me impediam de promover mudanças.

Um episódio que marcou profundamente essa fase foi o anúncio de que a escola seria fechada por ter poucos alunos. A notícia abalou a todos, e vi a coordenadora Josenira, que sempre nos apoiava, chorando. Com a ajuda dos professores Vianeí, David e Eiden, organizamos um protesto pacífico, fechando a escola até que a Secretaria de Educação (SEDUC) nos ouvisse. Essa mobilização incluiu a participação de alunos antigos e a cobertura da mídia, resultando em uma reunião na sede da SEDUC. Propus que, em um ano, realizássemos um ato de revitalização da escola. Conseguimos manter a escola aberta e até renomeá-la, afastando a antiga má reputação associada ao nome "V8" e trazendo novas atividades que reforçaram nosso senso de comunidade e identidade.

A luta para manter a escola aberta ensinou-me que o coletivo tem uma força que vai além do individual. Essa experiência alimentou minha paixão pela gestão de políticas públicas, superando meu antigo desejo de estudar Direito. Percebi que, para transformar realidades, era preciso uma atuação coletiva.

O ensino médio na Escola José Maria Campos de Oliveira foi fundamental para me preparar para a universidade. Durante esse período, participei de um curso de robótica que me fez perceber que eu poderia me tornar um profissional em qualquer área, independentemente da minha deficiência. Tive professores incríveis, como o professor de história Vianeí e o professor de filosofia David, que foram essenciais para minha formação. Eles me ajudaram a entender que, para mudar minha vida e a de outras pessoas com deficiência, eu precisava me concentrar em dois passos decisivos: fazer um bom ensino médio e focar no Enem, pois esse caminho me levaria à universidade.

No meio de tantas conquistas, também tive que lidar com a descrença de alguns. Um

diretor, por exemplo, questionava minha capacidade de ingressar em uma universidade, argumentando que eu não conseguiria acompanhar as aulas. Contudo, foi o apoio incondicional da minha família – que considero a base mais sólida para meu desenvolvimento – que sustentou minha decisão de desafiar essa visão. Propus uma aposta ao diretor: se eu passasse no Enem, ele teria de me pagar 50 reais; se eu falhasse, poderia descontar um ponto em minhas notas. Em 2018, fui aprovado e me tornei o primeiro aluno com deficiência da José Maria Campos a entrar em uma universidade pública, mostrando que não é apenas a força de vontade individual, mas sobretudo o suporte familiar e comunitário que transforma obstáculos em conquistas.

## **6 INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR E REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO**

Minha chegada ao ensino superior marcou um novo capítulo na minha vida. Em 10 de março de 2018, ingressei no curso de Gestão de Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará. Estar em uma das maiores universidades do Brasil foi, para mim, a realização de um sonho que começou na periferia de Fortaleza, no Grande Genibaú. Apesar das dificuldades impostas pela deficiência, nunca desisti de lutar pelos meus objetivos, mas sabia que teria que provar minha capacidade diariamente para manter minha permanência na universidade.

Logo no início, percebi que pouca acessibilidade era algo a ser enfrentado para garantir minha continuidade nos estudos. Com o apoio de colegas, comecei a me integrar ao ambiente acadêmico e participei ativamente do Centro Acadêmico Professor Luiz Antônio Maciel (CAPLAM). Essa participação foi fundamental para reforçar meu entendimento de que minha luta pela inclusão não era apenas uma batalha individual, mas uma causa coletiva. Aprendi que, para conquistar o protagonismo das pessoas com deficiência, é necessária uma força coletiva direcionada ao mesmo objetivo. Isso me motivou a transformar a acessibilidade e a inclusão em pautas centrais da minha atuação, tanto como estudante quanto como futuro profissional.

A Universidade, embora mais preparada do que outras instituições pelas quais passei, ainda enfrentava desafios de acessibilidade. No Departamento de Estudos Interdisciplinares (DEINTER), houve progressos, como a construção de rampas e a retomada do funcionamento do elevador. Os professores mostraram maior sensibilidade em relação às necessidades dos alunos com deficiência, o que foi importante. No entanto, ainda existe muito a ser feito para que a inclusão se torne efetiva.

Minhas experiências me fizeram compreender que acessibilidade vai muito além de rampas e elevadores. É fundamental criar um ambiente em que as pessoas com deficiência tenham seus direitos e deveres reconhecidos, respeitando-se suas diferenças e garantindo oportunidades de participação e contribuição em todos os aspectos da vida universitária. A luta pela inclusão precisa ser contínua e deve contar com o envolvimento de todos, para que políticas públicas eficazes sejam implementadas e respeitadas.

Durante minha formação, percebi que o infantilismo e o capacitismo são barreiras invisíveis que limitam a inclusão e a aceitação de pessoas com deficiência. O infantilismo, caracterizado pela visão de que uma pessoa com deficiência é sempre dependente e incapaz de tomar decisões maduras, reforça estigmas que dificultam a liderança e o protagonismo. No ambiente acadêmico e profissional, essa percepção pode resultar em desconfiança quando uma pessoa com deficiência assume algumas funções. Esse ponto destaca a necessidade de políticas

públicas que promovam a conscientização e a educação da sociedade, desafiando preconceitos e reconhecendo a capacidade de liderança das pessoas com deficiência.

O capacitismo se refere à discriminação ou preconceito contra pessoas com deficiência, fundamentado na ideia de que suas capacidades são sempre inferiores às de pessoas sem deficiência (DINIZ, 2007; FORESTI, 2024). Essa forma de preconceito está profundamente enraizada em estruturas culturais e institucionais que reforçam a exclusão e limitam o acesso pleno dessas pessoas aos seus direitos. Já o infantilismo reforça a visão de que pessoas com deficiência, independentemente da idade, devem ser tratadas como crianças, sendo constantemente desqualificadas em sua capacidade de autodeterminação (SASSAKI, 1997).

Esses comportamentos são incompatíveis com princípios fundamentais estabelecidos por documentos como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada pelo Brasil, que enfatiza a igualdade de oportunidades e a necessidade de eliminar barreiras atitudinais e comportamentais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006). Assim, políticas públicas efetivas devem promover a conscientização social, combatendo esses preconceitos e promovendo o reconhecimento das pessoas com deficiência como indivíduos plenamente capazes de exercer liderança e protagonismo em suas vidas.

Um dos aprendizados mais valiosos no curso de Gestão de Políticas Públicas foi a compreensão da importância do apoio psicológico para garantir a inclusão plena. A preservação da saúde mental das pessoas com deficiência é essencial para que possam lidar com o estigma e a discriminação que enfrentam diariamente. Como mencionei em meu relato, o preconceito pode ter efeitos devastadores, como a síndrome do impostor<sup>2</sup> e a depressão. Políticas públicas devem, portanto, abordar não apenas a acessibilidade física, mas também o bem-estar psicológico e a dignidade das pessoas com deficiência.

Durante meus estudos no Curso de Gestão de Políticas Públicas, aprendi que a aplicação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/2015, é um desafio que requer mais do que regulamentações. O Estatuto estabelece diretrizes gerais para assegurar os direitos das pessoas com deficiência, promovendo a igualdade de oportunidades e a eliminação de barreiras (BRASIL, 2015). Contudo, creio que sua implementação ainda é limitada pela falta de comprometimento das instituições em adaptar

---

<sup>2</sup> A síndrome do impostor é caracterizada pela incapacidade de internalizar o sucesso e pela tendência de atribuir conquistas a fatores externos, como sorte ou erro, mesmo diante de evidências de competência. Esse fenômeno pode levar a sentimentos de inadequação e insegurança, afetando negativamente a saúde mental e o desempenho profissional (Oliveira, Silva, Santos, 2021).

seus processos e estruturas às necessidades específicas dessa população. Isso causa problemas cotidianos, como transporte público inadequado e infraestrutura inacessível. A burocracia, às vezes vista como uma barreira, pode ser, na verdade, uma ferramenta para garantir que os direitos previstos no Estatuto sejam respeitados, desde que usada com sensibilidade.

Além disso, a Lei de Cotas, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, alterada pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, que estabelece a reserva de vagas no ensino superior para estudantes de escolas públicas, incluindo pessoas com deficiência, representa um avanço importante na promoção da inclusão educacional. Contudo, essas normas ainda não solucionam por completo os desafios relacionados à inclusão plena. Entrar em uma universidade é apenas o primeiro passo. A permanência e o sucesso acadêmico dependem de políticas de suporte mais robustas, como a oferta de materiais acessíveis, apoio psicológico e adaptações curriculares (DINIZ, 2007; ONU, 2006). O aprimoramento contínuo dessas leis e políticas é essencial para garantir a concretização da dignidade humana.

Com base em minha trajetória e nas discussões teóricas do curso, compreendi que a acessibilidade vai muito além de rampas e elevadores. Ela abrange o acesso efetivo à educação, à cultura, ao trabalho e à participação política. A verdadeira inclusão não se limita à igualdade formal perante a lei; ela exige políticas públicas que reconheçam as desigualdades estruturais e considerem as múltiplas dimensões da vida das pessoas com deficiência. Além disso, essas políticas devem ser elaboradas e implementadas com a participação ativa de pessoas com deficiência, assegurando que suas vozes sejam ouvidas, respeitadas e valorizadas.

Essa compreensão é fortalecida pelo ativismo e pela compreensão de que a deficiência não deve ser tratada como um "mundo à parte". Como ativista da causa das pessoas com deficiência, do movimento negro e dos povos de terreiro, entendo que o limite da pessoa só ela mesma conhece, e a igualdade de direitos é um pilar essencial para o pertencimento social.

Minha experiência no movimento revela que, para que a inclusão seja efetiva, não basta que as pessoas com deficiência sejam admitidas em espaços. É necessário que sejam realmente inseridas no cotidiano, sendo respeitadas por sua dignidade e capacidade, e não vistas como figuras decorativas.

Essa compreensão foi possível graças ao olhar humanizado de meus pais, que, mesmo com poucas oportunidades educacionais, me incentivaram a buscar meu espaço. Com esse apoio, consegui entrar em uma das melhores universidades do Nordeste. Essa trajetória é um convite à sociedade e à academia para refletir e investigar sobre as causas das pessoas com

deficiência e os caminhos para uma inclusão efetiva.

A implementação de políticas como o Programa Viver sem Limite também revela a importância de que gestores públicos possuam um entendimento profundo sobre as necessidades das pessoas com deficiência. Isso inclui não apenas conhecer as leis e estatutos, mas compreender como aplicá-los de forma sensível e eficaz, garantindo que as ações sejam mais do que medidas burocráticas, mas verdadeiras transformações sociais.

O Programa Viver sem Limite exemplifica uma política que visa fortalecer a inclusão das pessoas com deficiência, com investimento em áreas fundamentais como educação, saúde, trabalho e moradia. No entanto, como aprendi durante o curso de Gestão de Políticas Públicas, a eficácia de programas desse porte depende da integração entre diferentes esferas de governo e do comprometimento com a aplicação dos conceitos de acessibilidade e inclusão.

O capacitismo, uma forma de preconceito que subestima as capacidades das pessoas com deficiência, é uma barreira estrutural que precisa ser enfrentada. O Programa Viver sem Limite tem como um de seus objetivos combater essa barreira, mas para que isso aconteça de forma efetiva, é necessário que toda a sociedade amadureça e que os gestores compreendam profundamente as questões da deficiência.

Concluir o curso de Gestão de Políticas Públicas na UFC não é apenas uma conquista pessoal. Para mim, é um símbolo de resistência e de esperança para outros estudantes com deficiência. Minha trajetória na universidade me ensinou que, por mais desafiador que seja o caminho, é possível alcançar nossos sonhos com determinação e apoio coletivo. E que essa luta não deve parar por aqui. Ela precisa continuar, para que as próximas gerações possam encontrar um ambiente mais acessível e inclusivo, onde possam florescer e deixar seu próprio legado.

## **7 CONCLUSÃO**

Minha trajetória acadêmica e minha atuação como futuro gestor público revelaram que

as políticas de inclusão precisam ir além do acesso à universidade e da implementação de rampas e elevadores. Elas devem considerar a dignidade e o potencial das pessoas com deficiência como seres humanos completos.

Uma questão que sempre me afetou profundamente, e que muitos dos meus colegas com deficiência compartilham, é o preconceito em relação à nossa capacidade de formar famílias e ter vidas pessoais ativas. O pensamento comum de que "uma pessoa que não anda não pode ter uma família" fere emocionalmente minha autoestima. Essa visão reforça estigmas que, se não forem superados, podem levar a quadros sérios de depressão. É por isso que insisto que o apoio psicológico e a preservação da saúde mental das pessoas com deficiência são aspectos fundamentais para qualquer política pública eficaz.

Além disso, um dos desafios mais persistentes é a resistência estrutural da sociedade em aceitar pessoas com deficiência em cargos de liderança. É comum ouvir dúvidas sobre como uma pessoa que precisa de apoio para se locomover poderia liderar uma equipe ou dirigir uma grande empresa. Esse tipo de infantilização é um reflexo de preconceitos enraizados e reforça a visão de que a deficiência define a capacidade de uma pessoa. É fundamental lembrar que a verdadeira acessibilidade vai além de superar as barreiras físicas. Ela envolve uma mudança cultural em que a liderança e o protagonismo de pessoas com deficiência sejam vistas como normais.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência é um documento rico, resultado de anos de luta e aprovado em convenções de grande relevância, mas sua aplicação prática ainda é insuficiente. Ele deve ir além de uma formalidade legal e tornar-se um instrumento ativo, efetivamente respeitado e implementado por instituições e formuladores de políticas públicas. Como gestor público em formação, reconheço que a burocracia desempenha um papel importante, mas ela precisa ser aplicada com sensibilidade e respeito às diversas realidades, considerando que viver com deficiência é uma condição que pode atingir qualquer pessoa ao longo da vida. Dessa forma, políticas públicas inclusivas não beneficiam apenas pessoas com deficiência atualmente, mas fortalecem a sociedade como um todo.

No entanto, a luta vai além das leis e das políticas. É também uma questão de conscientização, de assegurar que o potencial de pessoas com deficiência seja reconhecido e que suas vozes sejam efetivamente ouvidas nas decisões que as envolvem. Stephen Hawking, um dos cientistas mais brilhantes da história, que viveu grande parte de sua vida com Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), uma condição altamente limitante fisicamente, afirmou: "Meu corpo está preso, mas minha mente é livre como a mente de um pássaro." Essa frase reflete um

princípio universal: as limitações físicas não definem o valor ou o potencial de um indivíduo. Inspirados por essa visão, devemos buscar políticas públicas que respeitem, promovam e valorizem a liberdade, a criatividade e as contribuições únicas de cada pessoa, independentemente de suas condições físicas.

Por fim, é importante reforçar que a acessibilidade e a inclusão devem ser compreendidas como questões estruturais e culturais. Precisamos de políticas públicas que não apenas proporcionem acesso, mas que garantam que a pessoa com deficiência possa viver de forma plena e digna, com a certeza de que tem os mesmos direitos e oportunidades que qualquer outra pessoa. A luta por essa transformação é contínua e exige uma abordagem empática e comprometida por parte de todos, especialmente dos gestores públicos.

A inclusão plena não deve ser vista apenas como um objetivo a ser alcançado, mas como um processo contínuo, que requer a atualização e o fortalecimento constante das políticas públicas. A experiência do Programa Viver sem Limite nos mostra que a intenção é importante, mas a execução e o compromisso de todos os setores são essenciais para que os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados e valorizados.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023. Institui o Plano Nacional dos Direitos

da Pessoa com Deficiência — Novo Viver sem Limite. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/plano-novo-viver-sem-limite>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso nas instituições federais de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 nov. 2023.

DINIZ, Débora. O que é deficiência? São Paulo: Brasiliense, 2007.

FORESTI, Taimara et al. O conceito de capacitismo em artigos nacionais: um estudo teórico. Revista Psicologia Política, São Paulo, v. 24, e23909, 2024. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2024000100701&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2024000100701&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 23 nov. 2024.

OLIVEIRA, A. B.; SILVA, C. F.; SANTOS, D. M. Síndrome do impostor em estudantes universitários: prevalência e fatores associados. Revista Brasileira de Psicologia, v. 10, n. 2, p. 45-58, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Nova York: ONU, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI). Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Acessar Texto Impresso. Marraqueche: OMPI, 27 jun. 2013.

SACOMAN, Mateus Barroso. A síndrome de Irlen: diagnóstico e o contexto de intervenção. Revista Psicopedagógica, São Paulo, v. 36, n. 110, p. 222-234, 2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-84862019000300010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862019000300010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 23 nov. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro:

WVA, 1997.